

Balanco da viagem do presidente José Sarney ao palco do mundo: ele não perdeu a viagem, sacou dela o melhor proveito, limpou o mato ralo para a renegociação da dívida externa no quadro de uma ampla reformulação da ordem econômica internacional. O processo, apenas esboçado, é de caráter político por natureza e necessidade. E a hora é agora: o Terceiro Mundo, penhorado em US\$ 860 bilhões, mais juros de US\$ 102 bilhões por ano, não pode (e não deve) continuar honrando um compromisso que foi adulterado, unilateralmente, pelo bloco credor:

1) sem consulta prévia, o sistema financeiro, pressionado pelos títulos governamentais dos Estados Unidos, triplicou a massa dos juros, sangria medida em bilhões de dólares;

2) na alta dos juros, a poupança dos países ricos fez posição em papéis, desativando os mercados de produtos e serviços, gatilho da recessão que disparou o aviltamento dos preços das matérias-primas;

3) na alta dos juros da dívida e na baixa dos preços da exportação (exigência da dívida), os devedores acabaram soterrados pelo terremoto cambial e quebraram juntos em 1982;

4) ainda hoje, o bloco credor, autor da tragédia do bloco devedor, não admite qualquer reparação nos juros e nas trocas e acha que tudo vai bem — bem melhor que no ano que vem.

O presidente José Sarney trocou figurinhas com colegas do Terceiro Mundo, reunidos em Nova Iorque, pela Assembleia Geral da ONU: o problema é de caráter político na origem e no desdobramento e a solução terá de ser necessariamente política.

Enquanto banqueiros e governantes, os credores não podem continuar ditando as taxas de juros e impondo os termos de troca. Tanto mais, porque rejeitam qualquer ligação direta entre dívida e comércio. Ou entre capacidade de pagar e capacidade de vender. E mais: eles exigem a intervenção política do FMI na administração interna dos devedores e não aceitam a mesma patrulha do FMI na programação dos governos credores — onde a crise nasce e cresce.

Por último: a terapia recessiva, aviada pelo FMI, é veneno disfarçado de remédio. Recessão é subversão: dívida paga com ampliação da miséria é conta paga com privação da liberdade.

O discurso é meridiano, para não dizer acaciano. Mas é a primeira vez que um presidente da República, com lastro de

legitimidade política, escoltado por maciça representação do Congresso Nacional, proclama, solenemente, em documento oficial (O pronunciamento de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas) que o Brasil não vai pagar a dívida com recessão.

Tradução: os critérios, os métodos, os programas e as funções do FMI devem ser reformulados. Caso contrário, o Brasil não mais renovará os acordos de auditoria com o FMI e rechaçará qualquer tentativa de monitoramento externo dos nossos planos e das nossas metas. Sabemos errar sozinhos.

O presidente Sarney não falou em rompimento com o FMI, mas em saneamento técnico (e político) do Fundo fora de esquadro. Quem discursou pelo descarte sumário do FMI foi o presidente do Peru, Alan García.

Na agenda de Nova Iorque, o presidente brasileiro encaixou contatos políticos com os bancos credores e com as autoridades americanas — deixando o FMI para o ministro da Fazenda (na semana anterior) e para os técnicos do Banco Central. No encontro com George Shultz, encarregado da política externa dos Estados Unidos, o presidente José Sarney aprofundou um ponto que foi tratado apenas de raspão no discurso na ONU: o Brasil precisa de «espaço cambial» para voltar a crescer.

Por «espaço cambial» entenda-se o reescalonamento dos encargos da dívida, o reaquecimento dos fluxos de comércio, o restabelecimento dos fluxos de capital. Com o lembrete: dívida só pode ser paga em dólar e o dólar do endividado só pode ser «produzido» pelo saldo líquido de comércio e pelo reingresso no **fresh money** para giro e investimento. Acontece que o lado credor, maior interessado na saúde cambial do devedor, não deixa o Brasil fazer o dólar bem feito: estamos fazendo dólar no grito, com exportação abaixo do custo, povo brasileiro subsidiando o consumidor americano ou europeu. E custo rebaixado com privação biológica do povo endividado, nas palavras do presidente José Sarney:

«É triste confessar que nosso salário mínimo é de 50 dólares mensais».

O presidente falou e disse. Está aberto o canal de comunicação política para o retratamento inteligente da dívida externa e, por tabela, do comércio mundial.

Sem bravata: os devedores não poderão resistir mais um ou dois anos soterrados pelos juros sobressaltados e pelos preços aviltados. Os credores comecem a ligar esse desconfiômetro.